

## **Infohabitar - Revista semanal sobre o habitat humano**

<http://infohabitar.blogspot.pt/2009/01/do-aqueduto-de-lisboa-aos-novos-vazios.html>

**segunda-feira, janeiro 26, 2009**

**Do Aqueduto de Lisboa aos novos Vazios - Infohabitar 231**

*Infohabitar, Ano V, n.º 231*

### **Do Aqueduto de Lisboa aos novos Vazios**

Teresa Marat-Mendes

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)  
Secção Autónoma de Arquitectura e Urbanismo  
Av.ª das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal  
[teresa.marat-mendes@iscte.pt](mailto:teresa.marat-mendes@iscte.pt)

#### **Resumo**

A paisagem de Lisboa, durante o século XVIII assistiu a uma profunda transformação do seu espaço público como consequência da construção do aqueduto das Águas Livres de Lisboa. Aqueduto este que respondia às necessidades prementes de abastecimento da cidade e que projectava uma infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento da Lisboa Ocidental por decreto de D. João V em 1731.

As transformações geradas pelo aqueduto na cidade de Lisboa e no seu Termo são inúmeras. Com especial relevância para a presente comunicação referimo-nos aos espaços públicos gerados por esta grande infra-estrutura, e que se podem diferenciar em duas categorias. Uma primeira que se constitui pelos espaços públicos que chegaram até hoje integrados na estrutura urbana da cidade de Lisboa, e uma segunda que se constitui pelos espaços públicos que em grande parte se encontram esquecidos e desarticulados da estrutura urbana do Termo de Lisboa. Os espaços públicos que se encontram inseridos nesta segunda categoria, constituem hoje um grande número de Vazios, que outrora constituíram parte intrínseca do território e de uma ordem espacial urbana bem concreta. Ordem esta que se regia através de unidades morfológicas concretas.

É precisamente a identificação desses Vazios e da sua oportunidade enquanto espaços de intervenção na paisagem urbana de Lisboa e do seu Termo de hoje, bem como na delimitação das unidades morfológicas atrás mencionadas, que a presente comunicação pretende oferecer através de uma nova aproximação metodológica ao estudo do património e da paisagem, como expressão de um modelo sustentável de ordenamento do território. Onde, a gestão e a obtenção

de recursos, nomeadamente a água constitui elemento essencial na estruturação desse mesmo ordenamento do território e das suas respectivas unidades morfológicas.

## **1. Introdução**

Enrique Tello, na sua análise sobre a formação histórica das paisagens agrárias mediterrâneas, defende que a paisagem pode ser lida, de um ponto de vista histórico, como a expressão territorial do metabolismo que qualquer sociedade mantém sobre os sistemas naturais que a sustentam (1). Tomando como ponto de partida esta noção de expressão territorial a presente comunicação baseia a sua leitura da paisagem do território no resultado dos modelos de gestão de recursos das sociedades que ocuparam esse mesmo território.

A análise da paisagem emerge assim como um elemento importantíssimo no entendimento das fontes de recursos e dos sistemas técnicos que geraram essa mesma paisagem. A presente comunicação através da análise da paisagem de Lisboa e do seu Termo, promove um novo olhar sobre a paisagem de Lisboa -a forma do território – desde a óptica da gestão dos recursos.

O exemplo em análise refere-se à paisagem de Lisboa, que em meados do sec. XVIII assistiu a uma profunda transformação, quer do seu espaço público, quer do seu Termo, como consequência da construção do aqueduto das Águas Livres de Lisboa. Transformação esta que ocorreu como resultado de uma estruturação do território mediante o reconhecimento das condições de matriz biofísica preexistente e da aplicação de sistemas de captação e de transporte tradicionais, a uma escala que supera a dimensão da percepção das várias unidades morfológicas analisadas, quer sejam elas os chafarizes públicos, as praças ou as quintas reais.

De forma a responder aos objectivos propostos a presente comunicação encontra-se estruturada em três partes. Uma primeira parte – O Aqueduto das Águas Livres de Lisboa - que se refere à escala territorial como sendo a primeira escala necessária para um correcto entendimento da paisagem enquanto expressão de um modelo de gestão e de obtenção de recursos. A segunda parte – As quintas e o Termo de Lisboa - identifica um modelo de gestão do território, cuja unidade morfológica é a quinta. Unidade morfológica esta que representa uma unidade tipológica de estruturação do território, e que foi responsável pela modulação e estrutura de parcelamento e loteamento à qual responderam, respectivamente, o Termo e a cidade de Lisboa. E finalmente, a terceira e última parte desta comunicação – Os Vazios - refere-se aos vazios deixados por toda esta estrutura do território do sec. XVIII, e muitos dos quais ainda se encontram perceptíveis e objecto de intervenção enquanto Vazios Úteis.

## **2. O Aqueduto das Águas Livres de Lisboa.**

“E Lisboa, onde todos bebem água, não tem mais que um estreito chafariz para tanta gente e outro para os cavalos” (2).

Quando em 1571 Francisco de Holanda questionava na obra Da Fabrica que falece ha cidade de Lysboa porque é que Lisboa não possuía então mais do que “unicamente, dois chafarizes, um para a população e outro para as cavalgadas”, denunciava não só a “carência e a deficientíssima condição higiénica do abastecimento de água a Lisboa”(2), como também chamava a tenção para

a existência prévia de um aqueduto Romano que havia satisfeito as necessidades da população de Lisboa, denominado de “Ágoa Livre”, e que provinha dos sítios de Belas, Carenque e redondezas.

Na realidade, a problemática do abastecimento de água à cidade de Lisboa não era uma questão nova. Vários haviam sido os estudos realizados que, do ponto de vista técnico, permitiam que se tivesse realizado um aqueduto para abastecer a cidade de Lisboa, e que propunham o aproveitamento das fontes de Águas Livres. Contudo, por questões de ordem financeira e também de ordem política apenas a 12 de Maio de 1731, por alvará de D. João V se manda dar início à construção do Aqueduto das Águas Livres (3).

É precisamente esta infra-estrutura, e todo o conhecimento de engenharia e arquitectura que a suportou, que viria a marcar uma página importante não só na história urbana da cidade de Lisboa como também na do seu Termo.

Quando através do Alvará de 12 de Maio de 1731 se permitia que a “dita obra se faça pelas ditas terras, fazendas, moinhos, cazas, quintaes e herdades por onde houver de vir, ainda que sejam de pessoas privilegiadas, e de qualquer condição, qualidade, e privilégio incorporado em direito, posto que seja Desembargador, porquanto todos têm obrigação de dar passagem a dita agoa e não há privilégio algû, que disto o escuse” (4), permitia-se também, mesmo que indirectamente, a transformação de todo o território de Lisboa e do seu Termo. Território este que, até aqui, havia sido estruturado à escala que a técnica de obtenção dos recursos naturais havia permitido até então.

O Aqueduto das Águas Livres viria a dotar a Lisboa e ao seu Termo uma nova escala e técnica de obtenção de recursos, que permitiu transformar a sua fisionomia e portanto a sua paisagem. Uma nova página na história urbana de Lisboa e do seu Termo se abria agora, através da leitura de uma nova e futura expressão territorial.

Enquanto que em Lisboa, a transformação da paisagem deveu-se sobretudo à multiplicação de inúmeros chafarizes pela cidade, que todo o novo sistema de galerias subterrâneas e aéreas permitam, o que implicou também a proliferação de inúmeros espaços públicos através de novas praças especiais ou o reaproveitamento de praças pré-existentes pelo tecido urbano da cidade; no território do Termo de Lisboa a transformação da paisagem implicou sobretudo um crescimento urbano acentuado ao longo dos 58,135 km que totalizam o percurso do aqueduto e de todos os seus aquedutos subsidiários.

Percurso este que permitiu o aparecimento de novas quintas, a intensificação da exploração agrícola dessas mesmas quintas e de outras já pré-existentes e o alargamento de núcleos urbanos pré-existentes, a uma escala sem precedente.

Embora toda a estrutura do Aqueduto das Águas Livres, conforme registado na Planta Geral do Aqueduto das Águas Livres (Figura 1), se situasse geograficamente entre Lisboa e Caneças, a real escala da transformação territorial provocada por esta infra-estrutura foi bem mais vasta. Abrangeu toda a cidade de Lisboa e o seu Termo, tendo tido repercussões na paisagem de um território mais vasto. Este território, conforme se constata na Carta Corográfica dos Arredores de

Lisboa (Figura 2), é delimitado a sul pelo Rio Tejo, a Norte pela cordilheira da Serra de Sintra estendendo-se até Caneças e Sabugo, a poente, pelo Oceano Atlântico e a nascente pelo Mar da Palha.

Sobre o território atrás delimitado é possível verificarmos ainda uma distribuição espacial de vários núcleos urbanos de uma forma muito homogénea, encontrando-se um distanciamento quase constante entre os mesmos. Sendo que, acima do limite Norte do território em análise, a distancia que separa os diferentes núcleos é já superior, embora a sua disposição espacial seja ela também uniforme.

Também uma análise sobre a cartografia da época, nomeadamente sobre a Carta dos Arredores de Lisboa de 1898, do Corpo do Estado Maior, à escala 1:20.000, permite-nos verificar que ao longo de todo o percurso do Aqueduto das Águas Livres não se registou uma intensificação de núcleos urbanos (6). O propósito da construção do aqueduto havia sido essencialmente o abastecimento de água à cidade de Lisboa e ao Palácio e Quinta Real de Queluz. Assim, se pode explicar porque é que a distribuição geográfica dos núcleos urbanos preexistentes como a sua dimensão se mantiveram inalteradas até ao final da primeira metade do sec. XX. Contudo, o abastecimento de água a Queluz, serviria de mote a outras Quintas e Palácios para encontrarem fontes de abastecimento próprias. Embora ainda esteja por esclarecer se estes abastecimentos através de aquedutos ou minas de água são anteriores ou posteriores ao próprio aqueduto, a verdade é que à época da construção do Aqueduto das Águas Livres, todo o território do Termo de Lisboa se intensificou em termos de exploração agrícola, através da intensificação de culturas e de quintas pré-existentes e ainda através da criação de novas quintas.

O conhecimento e as técnicas para a gestão e a obtenção do recurso água que tornou possível a construção do Aqueduto das Águas Livres tornou também possível a proliferação de novos aquedutos para abastecimento de outras Quintas, Palácios e núcleos urbanos, ao longo do Termo de Lisboa. São exemplos o Aqueduto de Carnaxide para abastecimento da povoação de Caxias, o Aqueduto de Queijas – Caxias para abastecimento da Quinta Real de Caxias, o complexo de aquedutos subterrâneos situados entre os Capuchos e Colares em Sintra, o complexo de aquedutos subterrâneos situados perto da Quinta da Penha Longa em Sintra, outros vários subterrâneos situados na Serra de Sintra, o aqueduto da Quinta do Marquês em Oeiras, os dois aquedutos situados perto de Paço de Arcos, o aqueduto situado em Valle de Mourão perto do Cacém, o aqueduto situado na Talla perto da Ribeira da Jarda, bem como outros pequenos aquedutos e minas de captação de água dispersas por este mesmo território.

Em 1880, quando todo o sistema do Aqueduto das Águas Livres se havia tornado insuficiente para servir o elevado número de população da cidade de Lisboa com o seu caudal de água, um novo sistema de abastecimento de água serviria agora a cidade de Lisboa, através do Aqueduto do Alviela, que encontrou na Estação dos Barbadinhos o seu ponto receptor.

No entanto, durante um século, desde 1731 até á primeira parte do sec. XIX, Lisboa e o seu Termo assistiram a uma nítida transformação da sua estrutura rural e urbana, i.e., da sua paisagem, fruto da construção do aqueduto das Águas Livres e de toda uma proliferação de novas infra-estruturas (pequenos aquedutos e minas). Tal facto, não se deveu apenas ao processo de paz que a terminada Guerra de Sucessão de Espanha permitiu, ou da disponibilidade

económica que o ouro do Brasil facilitou, ou ainda pela afirmação artística que a arte e a arquitectura joanina testemunharam, mas sobretudo pela possibilidade que a nova técnica de exploração do recurso água permitiu ao possibilitar à cidade de Lisboa estabelecer com os seu Termo uma relação intrínseca, a uma escala sem precedente.

A escala necessária para o correcto entendimento da paisagem de Lisboa enquanto expressão de um modelo de gestão de obtenção de recursos estava agora definida.

Figura 1 - Planta Geral do Aqueduto das Águas Livres. Fonte: Museu da Água de Lisboa.

Figura 2 - Localização do Aqueduto das Águas Livres sobre Carta Corográfica dos Arredores de Lisboa, Guerin de Lamotte, 1821. Fonte: Instituto Geográfico Português.

Figura 3 - Aqueduto das Águas Livres, Vale de Alcântara, s.d., fotógrafo não identificado, Arquivo Fotográfico, Cota Actual ACU002501.

Figura 4 - Aqueduto da Quinta do Marquês de Pombal, Oeiras, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat-Mendes.

Figura 5 - Aqueduto do Arneiro, Oeiras, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat, Mendes.

Figura 6 - Aqueduto das Águas Livres, Reboleira, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat-Mendes.

Figura 7 - Aqueduto da Quinta da Boa Viagem, Caxias, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat-Mendes.

Figura 8 - Aqueduto da Quinta Real de Caxias, Caxias, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat-Mendes.

### **3. As Quintas do Termo de Lisboa**

A par das transformações urbanas ocorridas na cidade de Lisboa, através da abertura de novas praças e na reestruturação de espaços públicos pré-existentes, a escala de transformação proporcionada pelo Aqueduto das Águas Livres no Termo de Lisboa foi também ela notável.

A transformação da paisagem rural e urbana no Termo de Lisboa revela um conhecimento notável de técnicas de gestão do recurso água, através da distribuição de diferentes propriedades agrícolas, que embora identificadas na cartografia militar com data posterior à da data de construção do Aqueduto das Águas Livres (6), demonstram que estas diferentes propriedades, de origem agrícola e também de recreio, não dependiam do abastecimento de água fornecido pelo Aqueduto das Águas Livres, uma vez dependiam de sistemas de aquedutos próprios, portanto autónomas na seu sustento face ao recurso água.

Alguns exemplos de aquedutos, independentes do Aqueduto das Águas Livres, que abasteciam diferentes propriedades agrícolas e de recreio foram já atrás mencionados. Evidenciando-se, a título exemplificativo, o Aqueduto da Quinta do Marques em Oeiras, o Aqueduto do Arneiro, o Aqueduto da Real Quinta de Caxias e o Aqueduto da Quinta da Boa Viagem em Caxias, respectivamente exibidos através das figuras 4, 5, 7 e 8.

Esta complexa rede de quintas dispersas por todo o Termo de Lisboa, subsidiava através dos seus próprios sistemas de captação de água próprios as suas próprias culturas; dispondo por quase todo o território do Termo de Lisboa, uma extensa rede de parcelamento, que ordenava o território com base no recurso água.

As técnicas de obtenção do recurso água empregues nas diferentes propriedades agrícolas eram todavia comuns às técnicas empregues na construção do Aqueduto das Águas Livres. A disposição topográfica das diferentes propriedades agrícolas revela portanto um conhecimento profundo das possibilidades de obtenção do recurso água. Conhecimento este que supostamente estaria bem sedimentado e consolidado na prática de gestão territorial, à época, e que segundo Enrique Tello revela o metabolismo que a sociedade mantinha sobre os seus sistemas naturais.

Este conhecimento, conforme aqui revelado para a cidade de Lisboa e do seu Termo, não se esgotaria todavia no território aqui identificado e em análise.

Vários outros exemplos sobre aplicações deste tipo de conhecimento acerca de técnicas de gestão e obtenção do recurso água chegaram todavia até nós. Em Portugal temos, entre outros exemplos, o exemplo da Mitra em Évora, o Aqueduto da Água da Prata e o abastecimento de Água a Évora, o Palácio de Tomar e o seu Aqueduto. Mas também na Europa e fora dela, inúmeros exemplos atestam a implementação destas técnicas de gestão de recurso que por sua vez conformaram a fisionomia e a paisagem de muitas cidades. Uma análise mais atenta e

exaustiva desses diferentes exemplos permitiria identificar e enumerar as diferentes técnicas empregues bem como ainda as verdadeiras escalas de leitura dos territórios em causa, e desta forma engrandecer a história urbana de todos esses exemplos.

No caso concreto de Lisboa e do seu Termo, que aqui se encontra em análise, há contudo uma particularidade que o destaca dos outros exemplos. Embora muitíssimo fragmentado por toda uma proliferação da urbanização que tomou conta de toda a periferia de Lisboa, o objecto de análise (o antigo Termo) ainda se encontra parcialmente “vivo” e disponível para leitura, no que diz respeito à leitura das unidades morfológicas que compõem a sua paisagem.

Estes territórios fragmentados distribuem-se por duas categorias de espaço, ou unidades morfológicas: os Núcleos Urbanos e as Quintas. E são estes territórios fragmentados que constituem um conjunto de Vazios, enquanto oportunidades não só de intervenção futura, mas também de leitura da própria história urbana de Lisboa e da sua paisagem.

A primeira categoria de unidade morfológica dessa paisagem diz respeito aos antigos núcleos urbanos. Estes núcleos urbanos, embora de origem muito mais remota que a data da construção do Aqueduto das Águas Livres, souberam mesmo após a sua construção co-existir com toda a dinâmica territorial, social e económica que esta infra-estrutura impôs, ao suportarem a sua estrutura morfológica, a sua identidade e unidade. Contudo, após o “boom” construtivo que teve início na periferia de Lisboa a partir dos anos 60 do sec. XX, com os clandestinos, até aos dias de hoje com as operações de loteamento e urbanização, a unidade morfológica que caracterizava estes núcleos acabou por se corromper e fragmentar, perante a agressividade das novas construções cuja escala e massificação em nada respeitou os núcleos preexistentes.

Desses núcleos restam hoje territórios fragmentados – Vazios que urgem um maior cuidado e atenção.

A segunda categoria de espaço ou de unidade morfológica corresponde às antigas quintas, que outrora formaram uma complexa rede de quintas dispersas por todo o Termo de Lisboa e que subsidiavam através de sistemas de captação de água próprios, as suas próprias culturas. Também essa complexa rede de quintas acabou por se extinguir com o passar dos anos fruto do seu abandono e do surgimento de outros modos de viver e de subsistência. O abandono de uma sociedade agrícola em detrimento do surgimento de uma sociedade industrial acabou por determinar o abandono de uma ordem de gestão do território que havia marcado a paisagem de Lisboa.

Contudo, hoje ainda são visíveis no Território de Lisboa pequenos fragmentos dessa antiga rede, e que correspondem a quintas abandonadas e outras todavia em parcial funcionamento. Estes fragmentos constituem eles próprios também Vazios Úteis. Um olhar atento na preservação do seu património edificado, agrícola e respectivos sistemas de captação de água, será todavia importante.

Esse olhar poderá proporcionar aquando de futuras intervenções ou de acções de reabilitação a possibilidade de devolver ao Território de Lisboa e à sua paisagem um equilíbrio ecológico.

Marat-Mendes e Cuchi (5) na sua análise sobre o sistema de abastecimento de água nas Quintas Reais de Lisboa descrevem as Quintas Reais como organismos autónomos do ponto de vista da exploração, obtenção e abastecimento de água às diferentes necessidades das diferentes quintas, quer sejam estas de recreio ou produtivas.

Tal como se pode constatar na legenda da Planta da Real Quinta de Caxias de 1844 (figura 9), esta enumera diferentes elementos alusivos à água, tais como a Grande Cascata, a Casa do Poço, o Telheiro da Nora, o Tanque do Hércules, o Tanque da Várzea, o Tanque da Cartuxa, o Tanque das Claudias, o Tanque da Vinha e o Aqueduto de Queijas. Através destes elementos facilmente se identifica onde é que água chega à Quinta, contudo já não é tão simples a identificação da distribuição da água dentro da Quinta, embora seja possível reconhecermos os diferentes depósitos de água que regulam o sistema.

Da planta das Minas e Encanamentos d'água do Almojarifado de Caxias (figura 10) de 1901, é possível identificarmos contudo a verdadeira escala territorial sobre a qual dependia a Quinta Real de Caxias, através da identificação das diferentes pontos de captações de água que abasteciam a Quinta Real de Caxias (5).

Embora a Quinta Real de Caxias apresente os seus limites delimitados através de muros muito altos, ela dependia todavia de recursos, como a água que provinham de uma escala territorial que não a local. A água que abastecia a Quinta Real de Caxias não provinha apenas das duas minas de águas situadas nas imediações da Quinta, localizadas a nascente, mas também de outras minas localizadas em Queijas, na serra de Carnaxide, localizada a 2 km a Norte de Caxias (5).

Da análise da Quinta Real de Caxias, e da identificação da sua infra-estrutura própria de captação de água, é possível identificarmos uma unidade morfológica que extravasa os seus limites físicos, os muros, no que diz respeito à gestão e obtenção do recurso água. Embora actualmente a infra-estrutura de captação de água da Quinta Real de Caxias se encontre destruída, e portanto inoperacional, a sua reabilitação poderia devolver a Caxias uma nova possibilidade de rega que não aquela actualmente em uso – a água de rede da companhia, bem como a criação de um corredor verde autosuficiente. A destruição da infraestrutura identificada teve lugar com as obras da auto-estrada A5, nomeadamente com a construção do troço Estádio Nacional- Cascais, no final dos anos 80.

Embora a Quinta Real de Caxias e a Quinta de Recreio do Marques de Pombal em Oeiras constituam de facto, os exemplos mais paradigmáticos de quintas e aquedutos, pela sua imponência arquitectónica e conservação, um vasto numero de outras quintas e aquedutos encontram-se todavia dispersos no território do antigo Termo de Lisboa, e constituem sem duvida notáveis exemplos de Vazios Urbanos que requerem um olhar atento e objecto de intervenção que vá ao encontro da recuperação do ordenamento do território com base numa gestão de recursos mais sustentável do que aquela actualmente em uso.

Figura 9 - Planta da Real Quinta de Caxias, 1844; Planta do capitão engenheiro J. Abreu, Escala 1:1.000, Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Figura 10 - Planta das minas e encanamentos d'água do Almojarifado de Caxias, 1901, Escala 1:5.000.

#### **4 - Os Vazios - As praças e outros espaços públicos**

Os Vazios que constituem a terceira e última parte deste artigo referem-se e constituem-se pelas praças e outros espaços públicos formados aquando da construção do Aqueduto das Águas Livres dentro da cidade de Lisboa, e também no seu Termo, que proporcionaram a localização de diversas fontes e chafarizes públicos em diferentes pontos da cidade e no seu Termo.

Estamos perante uma escala de leitura diferente daquelas que foram até aqui analisadas - a territorial e a das quintas, e corresponde à escala da praça e do espaço público.

A construção do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa alterou a paisagem urbana da cidade. Massivas galerias de pedra proporcionaram uma nova leitura da cidade baseada no recurso água. Desde o monumental Viaduto do Aqueduto das Águas Livres no vale de Alcântara (figura 3), passando pelo Arco das Amoreiras (figura 12), pela Arcaria do Jardim das Amoreiras (figura 13) e pela Mãe de Água das Amoreiras (figura 16), o Aqueduto distribuía-se pela cidade de Lisboa proporcionando alterações nas praças existentes. Como exemplos temos, entre outros, a construção do Chafariz das Amoreiras hoje extinto (figura 11), o Chafariz do Largo do Rato, o Chafariz da Rua do Século, o Chafariz da Esperança (figura 14) e o Chafariz das Janelas Verdes. Também o Palácio das Necessidades viria a ser abastecido por esta infra-estrutura, que alterou também a imagem da sua fachada principal conforme se pode verificar na figura 15.

Também no Termo de Lisboa, os Vazios encontraram espaço de enquadramento. Exemplos como o Chafariz de Carnaxide (figura 17) e o Chafariz da Buraca (figura 18) testemunham o aparecimento de novos largos e espaços públicos criados nessa altura, para o abastecimento de água das populações. No entanto, como já referido, muitos desses espaços encontram-se localizados junto a antigos núcleos, hoje territórios fragmentados e esquecidos, fomentando uma desarticulação destes elementos dos seus primitivos núcleos, com por exemplo o largo das lavaduras em Queijas na Rua da Mina (figura 20).

Uma outra categoria de vazios associada ao Aqueduto das Águas Livres de Lisboa é possível de ser referenciada. Esta categoria refere-se aos vazios urbanos criados aquando na urbanização de novos espaços urbanos na periferia da cidade de Lisboa, e que não souberam articular os seus traçados e espaços públicos com a infra-estrutura do aqueduto já existente. São disso exemplo, as urbanizações na Amadora (figura 21) e da Reboleira (figura 22).

#### **Conclusões**

A presente comunicação ao identificar diferentes categorias de Vazios na cidade de Lisboa e do seu Termo, em termos de unidades morfológicas distintas, como consequência da construção do aqueduto das Águas Livres, pretendeu sobretudo chamar a atenção para a necessidade de entender o património e os espaços público – os Vazios Urbanos - a uma escala territorial e não somente a local.

A escala territorial não representa apenas a primeira escala necessária para um correcto entendimento da paisagem tradicional enquanto expressão de um modelo de gestão e de obtenção de recursos; mas, representa também a primeira escala necessária para uma correcta intervenção no território, de forma a equacioná-lo de um razoável equilíbrio ecológico, do ponto de vista dos recursos naturais, bem como na correcta intervenção sobre o património edificado e espaço público.

Figura 11 - Rua das Amoreiras, Chafariz das Amoreiras, 1938, Eduardo Portugal (1900-1958), Arquivo Fotográfico, Código de referência: PT/AMLIS/AF/EDP/S00327.

Figura 12 - Arco das Amoreiras (entre 1898 e 1908), Fotógrafo não identificado, Arquivo fotográfico.

Figura 13 - Praça das Amoreiras, Ermida de Nossa Senhora de Monserrate, 1945. Eduardo Portugal (1900-1958), Arquivo Fotográfico, Código de referência: PT/AMLIS/AF/EDP/S00295.

Figura 14 - Chafariz da Esperança, 1907, Joshua Benoliel (1873-1932), Arquivo Fotográfico, Cota actual JBN001231.

Figura 15 - Palácio das Necessidades, Litografia colorida de Celestino Brelaz, 1832. Mário de Oliveira (-), Arquivo Fotográfico, Código de referência: PT/AMLIS/AF/MAO/S00548.

Figura 16 - Largo do Rato, Planta nº 26 do Atlas da Carta Topolgráfica de Lisboa (1857-8). Filipe Folque.

Figura 17 - Chafariz de Carnaxide, 2007, Fonte Arquivo Teresa Marat-Mendes.

Figura 18 - Rua da Buraca, Chafariz da Buraca, Aqueduto das Águas Livres, 1939, Eduardo Portugal (1900-1958), Arquivo Fotográfico, cota actual EDP, Código de referência: PT/AMLIS/AF/EDP/I00303.

Figura 19 - Respiradouro do Aqueduto das Águas Livres, Cova da Moura, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat-Mendes.

Figura 20 - Rua da Mina, Lavadouro, Queijas, 2007, Fonte Arquivo Teresa Marat-Mendes.

Figura 21 - Aqueduto das Águas Livres, Buraca-Amadora, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat-Mendes.

Figura 22 - Aqueduto das Águas Livres, Reboleira, 2007, Fonte: Arquivo Teresa Marat-Mendes.

### **Bibliografia**

(1) TELLO, Enrique 1999. “La Formación histórica de los paisjes agrários mediterráneos: una aproximación evolutiva”, in *História Agraria*, 19, pp.195-211.

(2) SEGURADO, Jorge, 1970. Francisco d’Ollanda. Edições Excelsior, Lisboa, p.211.

(3) MOITA, Irisalva (ed. Lit), 1994. O Livro de Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa, p.294.

(4) Citado por Irisalva Moita in O Aqueduto das águas Livres e o abastecimento de água a Lisboa in Câmara Municipal de Lisboa, 1990, D. João V e o abastecimento de água a Lisboa, CML, Lisboa. p. 30.

(5) MARAT-MENDES, Teresa e CUCHI, Albert (2007). “The role of resources management on shaping the landscape patterns: the water in the Royal Estates of Lisbon region” in *Actas da 1ª*

Conferência Regional euromediterrânea. Arquitectura Tradicional mediterrânea. Presente y Futuro. Barcelona, 12-15 Julho de 2007. pp36-38.

(6) CORPO DO ESTADO MAIOR (1898). Carta dos Arredores de Lisboa à escala 1:20.000.

Lisboa, Infohabitar, Encarnação – Olivais Norte

Preparação editorial, por António Baptista Coelho, em 24 de Janeiro de 2009.

Editado por José Baptista Coelho em 25 de Janeiro de 2009.